

**PROGRAMA DE DISCIPLINA - 2020-2**

CÓDIGO: IH1563 CRÉDITOS: 04	NOME DA DISCIPLINA: <b>Convenções Ambientais Globais e Respostas Nacionais Comparadas</b>
DIA: 4ª Feira HORÁRIO: 14-17	PROFESSOR RESPONSÁVEL: <b>PETER MAY</b>

CATEGORIA	<input type="checkbox"/> Obrigatória Mestrado	<input type="checkbox"/> Obrigatória Doutorado
	<input type="checkbox"/> Fundamental Mestrado	<input type="checkbox"/> Fundamental Doutorado
	<input checked="" type="checkbox"/> Específicas de linha de pesquisa	<input type="checkbox"/> Laboratórios de Pesquisa

**OBJETIVO DA DISCIPLINA:**

Analisar os fatores na economia, sociedade e meio ambiente global que levaram às convenções globais e demais desdobramentos das conferências ambientais globais desde Estocolmo, estabelecendo o arcabouço institucional internacional para a gestão de recursos comuns, e avaliar através de estudos de caso as repercussões das convenções do Rio na gestão ambiental nacional, de forma comparada.

**EMENTA:**

O meio ambiente no contexto do sistema capitalista mundial e sua evolução histórica: a ideologia do progresso e a dominação da natureza. Sociedade de risco, o papel da Ciência, e as comunidades epistêmicas. Governança do regime global de gestão ambiental: "soft law" e a construção de consenso em torno de regimes (e "não-regimes"). Articulação e disputas entre as redes globais sobre o conceito de desenvolvimento sustentável e sua expressão programática a caminho ao Rio-92. A negociação das convenções quadro e protocolos globais da biodiversidade e do clima, com ênfase nos acordos sobre Biossegurança, Acesso e Compartilhamento dos Benefícios (ABS), e entre o MDL e de REDD+, e as implicações do Acordo de Paris no caso do clima. Os instrumentos e instituições de gestão ambiental e de financiamento internacional do desenvolvimento sustentável e suas repercussões nacionais e locais. A arquitetura dos acordos e os fatores que afetam a sua eficiência, eficácia e equidade assim como seu "fit" na implementação nacional e local. Instrumentos de gestão ambiental nacionais comparados e sua compatibilidade com as convenções globais do meio ambiente. Contradições e paralelos entre a liberalização do comércio, dos fluxos de bens e serviços ambientais, e o sistema financeiro mundial. Decrescimento e crise – oportunidade para fortalecimento de um novo paradigma? As propostas para um Green New Deal e Economia "Verde", e as perspectivas para o cumprimento das Metas de Desenvolvimento Sustentável na Agenda 2030. Building back better com adesão aos acordos globais após a crise da COVID-19. Vulnerabilidade às zoonoses e o risco de novas pandemias.

#### METODOLOGIA DAS AULAS:

Palestra do professor responsável e de convidados, com diálogo, além da utilização de exercícios práticos e materiais audiovisuais.

#### FORMA DE AVALIAÇÃO:

- (1) Apresentação na sala de aula em PowerPoint, resgatando a negociação de um dos acordos do Rio 92, considerando suas ramificações nos países em desenvolvimento, e inserindo o debate travado na articulação de prioridades globais na realidade socioambiental do seu país (40%).
- (2) Trabalho final de 20 a 30 páginas, analisando um dos temas de política ambiental global discutidos ao longo do curso, desde o ponto de vista das contradições no cumprimento com estes objetivos na formulação de políticas nacionais para o desenvolvimento sustentável (60%).
- (3) Leitura e participação ativa em discussão durante a disciplina (qualitativa).

#### PROGRAMA DE AULAS E BIBLIOGRAFIA:

##### 1. As dimensões institucionais da governabilidade da mudança global - 04/02

- \*LEIS, H.R. *A modernidade insustentável. As críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea*. CLAES/PUC, RJ, 2004. Cap. 1: A crise da governabilidade do meio ambiente no mundo contemporâneo.
- \*MURADIAN, R., WALTER, M. e MARTINEZ-ALIER, J. Hegemonic transitions and global shifts in social metabolism: Implications for resource-rich countries. *Global Environmental Change* 22 (2012) 559–56.
- \*YOUNG, O. *The institutional dimensions of environmental change: Fit, interplay and scale*. Cambridge, Mass., MIT Press, 2002. Parte I: Concepts and Models.

##### 2. Progresso e incerteza científica no regime global de governança ambiental - 11/02

- \* DIMITROV, R.S. *Science & international environmental policy; Regimes and non-regimes in global governance*. Oxford, UK, Rowman & Littlefield, 2006.
- \* GUIVANT, J. A teoria da sociedade de risco de Ulrich Beck: entre o diagnóstico e a profecia, *Estudos Sociedade e Agricultura*, 16, abril 2001: 95-112.
- \*FUNTOWICZ, S. e RAVETZ, J. Post-normal science. *International Encyclopaedia of Ecological Economics*. Mimeo, 2003.
- \*LÉNA, P. e ISSBERNER, L-R. Desafios para o Brasil no Antropoceno. In: May, P. (org.) *Economia do meio ambiente: teoria e prática*. 3a Edição. Rio: Elsevier/Campus, 2018.

**Comunidades epistêmicas e disputas entre atores na governança ambiental global – 18/02**

\*CASTELLS, M. “O ‘verdejar’ do ser: o movimento ambientalista”. In: *O Poder da Identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 141-168.

HAAS, P. Epistemic communities and international policy coordination. *International Organization* 46: 1-35, 1992.

\*KECK, M.E. & SIKKINK, K. *Activists beyond borders: Advocacy networks in international politics*. Cornell U. Press, 1998.

\*MILANI, C. Ecologia política, movimentos ambientalistas e contestação transnacional na América Latina. *Caderno CRH*, Salvador, v. 21, n. 53, p. 289-303, Maio/Ago. 2008.

**De Estocolmo ao Rio, via Bruntland – desenvolvimento sustentável para quem? - 25/02**

\*Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento. *Nosso Futuro Comum*. Rio de Janeiro: FGV, 1987. [capítulos a selecionar]

REDCLIFT, M. *Sustainable development: exploring the contradictions*. Routledge, 1987. Cap. 8: Frontiers of Sustainability.

**Das Negociações do Rio ao Rio+20 via Joanesburgo, Metas do Milênio, ODS e Agenda 2030 – 04/03 e 011/03**

\*Declaração do Rio, Agenda 21, CNUMAD, 1992

\* ONU, *The future we want*. Conferência Rio+20, 2012

ONU, *The 2030 agenda for sustainable development*, 2015.

\* CORRÊA DO LAGO, A.A. *Estocolmo, Rio, Joanesburgo: O Brasil e as três conferências ambientais das Nações Unidas*, Fundação Alexandre Gusmão, 2007.

GUIMARÃES, R. Rio+10 ou Rio-30? Crônica de um fracasso anunciado: desenvolvimento sustentável na América Latina e no Caribe desde a Rio-92 e a partir de Joanesburgo-2002. mimeo. Santiago: CEPAL, 2002.

**A Convenção de Biodiversidade: Conservação e Uso Sustentável de Recursos Genéticos In Situ - 18/03**

CDB. A Convenção sobre Diversidade Biológica.

\*MAY, P. e VINHA, V. A biodiversidade e a governança verde no Brasil: soluções inovadoras na gestão dos recursos para a conservação e equidade. *Desenvolvimento em Debate* 3(2): 89-110, 2010.

MMA, 5º Relatório Nacional para a Convenção sobre Diversidade Biológica: Brasil. 2015.

### **Acesso e Compartilhamento Equitativo dos Benefícios da Bioeconomia - 25/03**

\*ALBAGLI, S. *Geopolítica da biodiversidade*. Brasília: IBAMA, 1998. Caps. 2 e 3

\*CDB, Protocolo de Nagoya e Metas de Aichi. 2010.

LIMA, A. e BENSUSAN, N. *Quem cala consente? Subsídios para a proteção aos conhecimentos tradicionais*. São Paulo: Documentos ISA 8, 2003.

NOBRE, C. et al., Land-use and climate change risks in the Amazon and the need of a novel sustainable development paradigm. PNAS, 2016.

### **A Convenção do Clima: O caminho ao Protocolo de Quioto: Responsabilidade Comum... 01/04**

IPCC, 2014: Summary for policymakers. In: *Climate Change 2014: Impacts, Adaptation, and Vulnerability*. Cambridge University Press, Cambridge, United Kingdom and New York, NY, USA, pp. 1-32.

\*STERN, N. Relatório Stern: Aspectos Econômicos das Alterações Climáticas. (The Stern Report), Governo do Reino Unido, 2006 (Resumo em português).

### **...mas Diferenciada: Critérios de Equidade e Sustentabilidade – 08/04**

\*MARTINEZ-ALIER, J. *El ecologismo de los pobres: Conflictos ambientales y lenguajes de valoración*. Barcelona: Icaria, 2004. Cap. XI

\*CORBERA, E., et al. Rights to forests and carbon: insights from Mexico, Brazil and Costa Rica. *Forests*, 2011

### **A Economia Política de Florestas nas Negociações do MDL e REDD Pós-Quito – 15/04**

\*FEARNSIDE, P. Saving tropical forests as a global warming countermeasure: an issue that divides the environmental movement. *Ecological Economics* 392: 167-184, 2001.

\*MAY, P., MILLIKAN, B., GEBARA, M.F. e MUCILLO, L. *O contexto de REDD+ no Brasil*, CIFOR, Bogor, Indonésia, 2a Edição. 2015.

\*BÖRNER, J. et al. Direct conservation payments in the Brazilian Amazon: scope and equity implications. *Ecological Economics*, abril, 2010.

**Inovação, Regulação de Emissões e Energia Renovável – 22/04**

D'AVIGNON, A. Energia, inovação tecnológica e mudanças climáticas. In: May, P.H. (org.)  
Economia do Meio Ambiente: Teoria e Prática. Rio: Elsevier/ECOECO, 3ª Edição, 2018.  
IPCC, 2018: Summary for Policymakers. Global Warming of 1.5°C above pre-industrial levels.

**O Plano Nacional de Mudanças Climáticas e a Integração de Mitigação e Adaptação – 29/04**

BRASIL. Política Nacional das Mudanças Climáticas. Brasília, instituída pela Lei nº 12.187, 2009 e regulamentada pelo Decreto nº 7.390/2010.  
BRASIL. INDC, Paris Climate Accord, 2015; Versão revisada pelo governo Bolsonaro, 2020  
BRASIL. Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima : sumário executivo / Ministério do Meio Ambiente. --. Brasília: MMA, 2016.  
Di Gregorio, M., Fatorelli, L., Paavola, J., Locatelli, B., Pramova, E., Nurrochmat, D. R., May, P. H., Brockhaus, M. e Sari. Multi-level governance and power in climate change policy networks. *Global Environmental Change-Human and Policy Dimensions*, v.54, p.64 - 77, 2019.

**Green Economy, Degrowth e o Green Deal pós-COVID-19 – 06/05**

ABRAMOVAY, R. *Muito além da economia verde*. Planeta Sustentável, 2012.  
EC. European Green Deal, 2020.  
\*FARLEY, J. et al., "Monetary and Fiscal Policies for a Finite Planet," *Sustainability* 2013, 5(6), 2802-2826; doi:[10.3390/su5062802](https://doi.org/10.3390/su5062802)  
KALLIS, et al., Research on degrowth. *Annual Review of Environment and Resources*, 2018.  
STIGLITZ, J.; STERN, N. et al. Report of the high-level commission on carbon pricing. Banco Mundial, 2017.  
\*UNEP. *Steps toward a Green Economy*. Nairobi, PNUMA, 2011. Summary for Policymakers.